

PSDB causou um colapso no metrô e na CPTM. Não é a toa que hoje o transporte sobre trilhos em São Paulo está comprometido com pane, desastres, atrasos, além do superávitamento da construção de algumas linhas. Então a situação é grave. São vários os colapsos: Educação, Saúde, transporte público e Segurança Pública. Não há investimento na área de Segurança Pública, o Governo Estadual não tem uma política de Segurança Pública por isso estamos vivendo todo esse processo de deterioração. São arrastões em condomínios, em casas.

Agora estamos assistindo um ataque orquestrado pelo crime organizado contra os policiais, contra a população e contra o próprio estado de direito. Nós todos sabemos disso, embora o Secretário de Educação e o Governador neguem. Não foi à toa que ontem ele reuniu os Secretários da área de Segurança Pública para anunciar a criação desse programa Vizinhança Solidária, dizendo que em relação aos arrastões vai criar uma força-tarefa inicialmente na região do Itaim Bibi porque é uma região que tem muitos bares. Ou seja, os arrastões em restaurantes representam apenas a ponta do iceberg de uma grande crise na área da Segurança Pública porque temos vários bairros na Cidade de São Paulo dominados hoje pelo crime organizado. Há estado de sitio praticamente imposto por marginais, por bandidos. A situação é grave. Há toque de recolher em várias regiões da nossa cidade. Os criminosos dominam vários bairros. Há assaltos generalizados a casas. Nós já denunciamos isso.

Recentemente fiz uso da tribuna acionando a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública em relação ao que vem acontecendo no bairro do Jardim Primavera, Cidade Dutra, na região de Veleiros, Jardim Suzano, Jardim Satélite, Jardim Colonial, Jardim IV Centenário, Jardim Lallo, Jardim Guanhembu, Jardim Orion. Aquela região toda está dominada pelos criminosos. Os assaltos são diários. Não tem policiamento adequado, o efetivo ali está comprometido pela metade. Se era para existir 90 policiais, só tem 40 na ativa, o módulo não está completo. Aí fica difícil porque não há investimento, não há contratação de policiais na Polícia Civil, na Polícia Militar, falta efetivo, faltam viaturas, equipamentos, falta Polícia Inteligente para investigar e fazer a prevenção, então o crime toma conta da nossa cidade, da Grande São Paulo, da Baixada Santista e do interior paulista.

É o narcotráfico e o crime organizado agindo fortemente e agora chegamos a essa situação: os próprios policiais estão sendo ameaçados e mortos. E o Governador nega que haja essa orquestração, o Secretário também. Mas nós afirmamos que sim: o crime organizado só vem crescendo no Estado de São Paulo e ocupando espaço. O crime organizado manda nas penitenciárias, tem um poder imenso aqui no Estado de São Paulo. O crime organizado não é só um estado paralelo. Ele também está dentro do próprio Estado. Isso é mais grave, pois ele tem seus tentáculos dentro do Estado. Por isso temos a falência da Segurança Pública aqui em São Paulo e a culpa é do PSDB, do Governo Estadual, que é especialista em falir, pois deixa em colapso áreas estratégicas. Como já destruiu a Educação do Estado de São Paulo, destruiu a Saúde Pública e destruiu o metrô. O metrô que, na avaliação da população, era o melhor meio de transporte hoje não é mais. A população tem medo de andar no metrô em horário de pico porque ele atrasa e tem acidentes e tudo isso por falta de investimentos nessa área e agora também na Segurança Pública.

É por isso que nós, do PSOL, lutamos aqui em São Paulo, pressionando o Governo Estadual e o Governador Geraldo Alckmin para que invistam em Segurança Pública. Também lutamos em Brasília e no Congresso Nacional, pela aprovação da PEC 300.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi, para comunicação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente, porque assim eu posso concluir melhor minha explanação sobre a crise, sobre o colapso, na área de Segurança Pública no Estado de São Paulo que está afetando a população e também os policiais que estão sendo atacados pelo crime organizado. Isso mostra, de fato, a gravidade da situação.

Ou quero falar sobre a PEC 300 que é um Projeto de Emenda Constitucional importante o qual defendemos desde o início, pela valorização do ponto de vista salarial os profissionais da Segurança Pública. O Estado de São Paulo tem um dos piores salários para os policiais civis, policiais militares e para os agentes penitenciários. Por isso a Segurança não funciona de fato aqui no nosso estado.

Então temos que aprovar a PEC 300 imediatamente porque ela estabelece o piso salarial em território nacional às Polícias Militar e Civil. Nós continuamos nessa grande luta porque os partidos políticos traíram os policiais porque antes da eleição de 2010 todos se comprometeram a aprovar o projeto. Inclusive, governadores que foram eleitos se comprometeram publicamente dizendo que apoiariam a aprovação da PEC 300. Terminou a eleição, os policiais foram golpeados por quase todos os partidos, menos o PSOL que assumiu o compromisso antes das eleições de 2010 e as nossas Bancadas. No Congresso Nacional, a nossa bancada continua pressionando o Governo Federal a aprovar essa PEC 300, a liberar a base de sustentação para que ela seja aprovada. É uma forma de colaborar, Sr. Presidente Deputado Jooji Hato, que tem se pronunciado em relação a PEC 300 e temos que mobilizar os outros partidos.

O PSOL já defende, defendia antes e continua defendendo. Nós não traímos os policiais militares e civis, tanto é que nosso partido era o único que estava lá, na greve dos bombeiros do Rio de Janeiro, apoiando aquela mobilização, denunciando que um bombeiro no Rio de Janeiro ganha um salário de R\$ 900,00 para salvar a vida das pessoas. O bombeiro é um profissional importante e estratégico à sociedade, que compromete sua vida salvando outras. Inclusive, é a profissão mais reconhecida, melhor avaliada e que a população confia.

Portanto, o PSOL esteve nos dois movimentos reivindicatórios apoiando, assim como nós apoiamos os movimentos dos trabalhadores, dos servidores públicos e da iniciativa privada, nas cidades e nos campos. Nós, do PSOL, somos oriundos dos movimentos e das lutas sociais. O oxigênio do PSOL vem da grande mobilização e das forças vivas da sociedade, principalmente dos trabalhadores.

Então, estamos mobilizados e pressionando no Congresso Nacional a aprovação da PEC 300, que é uma forma de investimento na Segurança Pública. O projeto ainda não foi aprovado, mas nada impede que o Governador Geraldo Alckmin tenha uma política salarial séria e concreta para os servidores, os policiais civis e militares e para os agentes penitenciários. Isso não existe. A situação já é grave com o aumento da criminalidade, não há valorização dos servidores públicos.

E nós estávamos também, não posso deixar de mencionar, naquela greve histórica em 2008 dos policiais civis, lá no Palácio dos Bandeirantes, quando o ex-Governador José Serra jogou a Tropa de Choque inteira sobre os servidores da segurança pública. Então fico imaginando o que ele não faz com os outros trabalhadores, já que reprimiu com violência os servidores da Polícia Civil. É uma verdadeira contradição o que vem acontecendo, falta de investimento.

O Deputado Jooji Hato fez um pronunciamento aqui importante, o Deputado Major Olímpio também, e nós aqui confirmamos que a causa é a falta de investimento, é a negligência com a segurança pública, que faz com que o crime organizado cresça, que haja um número absurdo de assaltos e de crimes nas residências e nas ruas em todo o Estado de São Paulo. Eu cito aqui vários bairros que estão com toque de recolher na Grande São Paulo. Fiz isso, aqui, inúmeras vezes, acionando até pela tribuna a própria Polícia Militar e a Polícia Civil para que haja, de fato, uma intervenção do Poder Público nessas áreas.

Basta o Governador do PSDB destruir dessa maneira a segurança pública, não investindo nela, e só mobilizando a Polícia, de fato, para atacar os trabalhadores, como fez no Pinheirinho. Lá o Governador mobilizou toda a Tropa de Choque, dois mil policiais deslocados para São José dos Campos para reprimir inocentes, para jogar no olho da rua seis mil moradores que moravam naquele terreno da massa fática do Naji Naja, desde 2004. É um crime de lesa-humanidade o que aconteceu ali.

O Governador mobilizou os policiais contra os trabalhadores: fez isso na Cracolândia, na USP, na Unifesp, jogando o aparato repressivo do Estado, não contra o crime organizado, mas contra os trabalhadores que se mobilizam para reivindicar seus direitos, melhores salários, melhores condições de trabalho, moradia digna, como foi o caso do Pinheirinho, liberdade de expressão, universidade pública de qualidade, como aconteceu na USP. O Governador criminalizou os movimentos sociais e joga o aparato repressivo do Estado contra estudantes, moradores sem teto, servidores públicos e outras categorias importantes.

Por isso que exigimos investimento em segurança pública, mas para beneficiar a população. Há recurso para isso no Orçamento; tivemos excesso de arrecadação e o Governador tem que priorizar a segurança pública do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, estamos acompanhando desde sempre aqui as lutas de duas categorias importantes do Estado de São Paulo, tanto dos advogados contribuintes da carteira previdenciária do Iesp, como também dos cartorários, que são os serventuários extrajudiciais, trabalhadores dos cartórios do Estado de São Paulo, que tiveram suas carteiras previdenciárias golpeadas, colocadas em processo de extinção pelo ex-Governador José Serra, do PSDB, em 2009.

Foram leis aprovadas pela Assembleia Legislativa. Nós votamos contra, mas, como das outras vezes, a Bancada do Governo aprovou essas duas leis e esses servidores estão sendo prejudicados. Mas, no entanto, reagimos e ingressamos com duas Adins no Supremo Tribunal Federal para revogar as duas leis aprovadas aqui na Assembleia Legislativa. A primeira Adin já foi julgada. No dia 14 de dezembro do ano passado, tivemos uma vitória parcial e importante em que o Supremo Tribunal Federal colocou claramente que o Estado tem responsabilidade com a Carteira que foi criada por ele mesmo há mais de 50 anos, e logicamente que isso servirá para a Carteira dos Serventuários da Justiça, para os Cartorários.

O fato, Sr. Presidente, é que além dessa crise que estamos acompanhando e tomando providências junto ao Supremo Tribunal Federal, estourou outro escândalo nessa área que é em relação à aplicação do dinheiro da carteira, pois elas continuam existindo mesmo em processo de extinção. Recentemente houve uma intervenção do Banco Central a um banco chamado Cruzeiro do Sul, nunca ouvi falar dessa instituição financeira, Sr. Presidente. O Iesp que é administrado pelo Estado, pela Secretaria da Fazenda, através do Superintendente Carlos Henrique Flory, investiu dinheiro da Carteira dos Advogados nesse banco que é desconhecido, não é sólido e que está quebrando e sob intervenção. Parece-me que existe outro banco chamado Schahin, segundo as informações que recebemos e estamos averiguando que também envolve o dinheiro dos Advogados e dos Cartorários. Essas são duas instituições financeiras, não tenho certeza sobre o Banco Schahin, que estão sob a intervenção do Banco Central. Ou seja, ao invés do Governo investir o dinheiro das Carteiras em bancos sólidos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, ele investe nesses bancos desconhecidos que podem quebrar a qualquer momento.

Os advogados e os cartorários estão apreensivos e não sabem onde está investido o dinheiro. Eles querem transparência, a Carteira é deles. Eles não são consultados, não há transparência e nem gestão democrática dessas duas Carteiras que já estão em regime de extinção. A situação é grave e ainda pior com esse autoritarismo e falta de transparência do Iesp em não chamar os advogados que se reúnem toda quarta-feira, aqui na Assembleia Legislativa, no movimento de resistência para salvar as suas aposentadorias que foram comprometidas com essas medidas totalmente autoritárias e danosas e que representam um verdadeiro ataque ao direito à Previdência, à terceira idade, aos idosos, afrontando o próprio Estatuto do Idoso.

Estamos tomando providências. Inclusive, aprovamos um requerimento na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais pedindo a convocação do Superintendente da Iesp, o Sr. Carlos Henrique Flory, para que ele venha depor e explicar o que está acontecendo. Ele precisará fazer um debate com os advogados e com a Comissão mencionada porque a situação é grave, há desespero entre os advogados e muitos aposentados estão preocupados entrando em contato com a Assembleia Legislativa. O que eles querem é transparência e participar da gestão de uma carteira que afinal pertence a eles. O Estado, quando aprovou os dois projetos de lei, levou as mãos em relação a essas duas Carteiras e agora não quer dar transparência e não quer que os advogados participem de uma forma direta da administração, mas os profissionais envolvidos nessa situação querem informações sobre as duas Carteiras Previdenciárias.

Queremos imediatamente a presença do Carlos Henrique Flory para depor na Comissão de Defesa da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, porque o requerimento já foi aprovado e até abrimos mão da convocação para que ele viesse em forma de convite. Queremos que isso seja marcado imediatamente, que ele dê uma data para que possamos debater e investigar com profundidade o que vem acontecendo e onde está sendo aplicado o dinheiro dessas duas Carteiras.

Não podemos admitir que os advogados contribuintes e os cartorários sejam prejudicados mais uma vez, pois anteriormente já foram lesados pela aprovação, aqui nesta Casa, das duas leis danosas e perversas que prejudicam mais de 50 mil trabalhadores, advogados e cartorários com as suas respectivas famílias.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os da Sessão Solene a realizar-se hoje às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia da Assembleia de Deus, solicitada pelo nobre Deputado José Bittencourt, e da Sessão Solene de segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de comemorar os 60 anos da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo, solicitada pelo nobre Deputado Olímpio Gomes.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 06/06/2012

EXPEDIENTE S/N, DE 06.06.12

Interessada: SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

Assunto: Autorização para realização de viagem da Dep. Ana Perugini.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria tratada no presente expediente, DECIDE AUTORIZAR a realização da despesa no valor indicado pelo Serviço Técnico de Contabilidade a fls. 03, para custear os gastos relativos à viagem a Maringá - PR, entre os dias 10 e 15 de junho do corrente ano, a ser empreendida pela Sra. Deputada Ana Perugini, com a finalidade compor a Comissão de Representação constituída para participar da 42ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE, nomeada através do Ato nº 49 de 2012, do Sr. Presidente, devendo-se proceder, oportunamente, à devida prestação de contas.

(Decisão nº 1485-A/2012);

DE 12/06/2012

EXPEDIENTE S/N, DE 12.06.12

Interessada: SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

Assunto: Autorização para realização de viagem do Dep. Sebastião Santos.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria tratada no presente expediente, DECIDE AUTORIZAR a realização da despesa no valor indicado pelo Serviço Técnico de Contabilidade a fls. 03, para custear os gastos relativos à viagem a Brasília - DF, no dia 13 de junho do corrente ano, a ser empreendida pelo Sr. Deputado Sebastião Santos, com a finalidade de compor a Comissão de Representação constituída para acompanhar os atos de assinatura da Instrução Normativa Interministerial, nomeada através do Ato nº 50 de 2012, do Sr. Presidente, devendo-se proceder, oportunamente, à devida prestação de contas.

(Decisão nº 1515-A/2012);

DE 27/06/2012

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ANTONIO BERTUCCI, RG nº 13601347, do cargo que vem

exercendo, em comissão, de ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE,

do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 1720/2012);

CASSIO ELMO GONÇALVES GALLO, RG nº 203528244, do cargo que vem exercendo, em comissão, de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 06/06/2012.

(Decisão nº 1721/2012);

EVERTON BERTUCCI, RG nº 407771165, do cargo que vem

exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 1722/2012);

JADIR NATALI, RG nº 62961809, do cargo que vem

exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 1723/2012);

JAIR SILVERIO DA SILVA, RG nº 89835566, do cargo que

veio exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 06/06/2012.

(Decisão nº 1724/2012);

JOSÉ APARECIDO METELI DE MATOS, RG nº 22157640X, do cargo que

veio exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/20